

HÉRCULES 56

SILVIO DA-RIN

HÉRCULES 56

O seqüestro do embaixador americano em 1969

 **ZAHAR**
Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Copyright © 2007, Silvio Da-Rin

Copyright desta edição © 2007:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Projeto gráfico e composição:

Capa:

(entra ficha catalográfica)

SUMÁRIO

Introdução e agradecimentos

Apresentação

RICARDO VILAS

MARIO ZANCONATO

JOSÉ IBRAHIN

RICARDO ZARATTINI

FLÁVIO TAVARES

VLADIMIR PALMEIRA

JOSÉ DIRCEU

AGONALTO PACHECO

MARIA AUGUSTA CARNEIRO RIBEIRO

REUNIÃO DE PARTICIPANTES DO SEQÜESTRO

Passageiros do Hércules 56 falecidos
antes da realização das entrevistas

Manifesto dos seqüestradores

Glossário

Bibliografia

Créditos das ilustrações

Índice onomástico

APRESENTAÇÃO

Nos debates realizados à época do lançamento do filme *Hércules 56*, havia uma pergunta recorrente: o que motivou a realização do documentário? Eu costumava responder que no filme há fortes ressonâncias das experiências da minha juventude. Mais do que isso, é um projeto que concerne à memória de uma geração. Tomei o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick como o fio de uma meada que traz à tona uma série de episódios relacionados ao enfrentamento desigual entre pequenos grupos de esquerda e as Forças Armadas. Não buscava respostas acabadas, muito



O Hércules 56 da FAB decola da Base Aérea do Galeão, com 13 presos políticos a bordo, na tarde de 6 de setembro de 1969.

menos respostas consensuais. Tampouco tinha qualquer ilusão a respeito da objetividade dos relatos. Tenho plena convicção de que o passado histórico não é um objeto disponível para análise laboratorial, objetiva e isenta. O discurso histórico é construído a partir de fabulações, produzidas por seres humanos e necessariamente impregnadas de emoção. Ou a partir da interpretação de documentos, também um trabalho subjetivo.

Acima de tudo, sempre tive clareza de que a construção de versões sobre um período histórico é um gesto político. Iluminar o passado contribui para entender o presente e melhor projetar o futuro da sociedade em que vivemos, onde os interesses estão permanentemente em jogo e muitas vezes se confrontam. Nunca tive ilusões a respeito de uma possível neutralidade ou representação isenta dos anos de chumbo. Procurei me reunir com aqueles que empenharam suas vidas em nome das utopias de uma época, esgarçadas pelo tempo. Se hoje a agenda política gira em torno da cidadania e do meio ambiente, o que estava na ordem do dia do Terceiro Mundo nos anos 60 era a idéia de revolução. Nações africanas sepultavam o colonialismo. Cuba mostrava que era possível derrotar o imperialismo. A Guerra do Vietnã confirmava essa crença. O socialismo parecia representar a emancipação dos trabalhadores em quase metade do planeta.

Fui ao encontro de 14 revolucionários daquela época, interessado em saber o que pensam hoje sobre os descaminhos de um projeto que partilhamos quatro décadas atrás. Para tornar mais explícito meu interesse pessoal no tema que nos aproximou, faço um breve relato do que foi minha vida nos meses que se seguiram ao seqüestro do embaixador Elbrick. Provavelmente nada muito diferente do que viveram centenas de outros brasileiros recém-saídos da adolescência, naqueles anos conturbados em que um outro Brasil parecia possível.

Na boca da noite de 3 de setembro de 1969, eu caminhava pela avenida Oswaldo Cruz, em direção à praia de Botafogo, ansioso para cobrir um ponto com dois companheiros da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) que eu nunca havia encontrado. Naqueles dias, em algum lugar do país, a organização realizava o congresso que consolidaria a recente fusão entre os Comandos de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e dois grupos menores. Um deles era uma dissidência da Ação Popular (AP), onde eu começara a militar em 1967, aos 17 anos. A

soma de militantes, armas e esquemas logísticos em torno da criação da VAR apontava para a reversão do processo de fragmentação da esquerda brasileira, que começara antes do golpe de 1964 e vinha se acentuando.

“O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo...” Nas rádios, o samba de Gilberto Gil era o que mais se ouvia. Cheguei à esquina da rua Barão de Icarai com uma revista na mão e a senha na ponta da língua. O companheiro do Comando Regional vinha se aproximando pela transversal, absolutamente pontual, por imposição das normas de segurança cada vez mais rigorosas. Não havia mais encontros em pontos fixos – alguém parado poderia despertar suspeitas. Caminhamos juntos mais duas esquinas, até onde se juntaria a nós o militante que vinha de uma atuação no meio operário do Rio Grande do Sul. Nosso encontro representava o início da minha integração efetiva à nova organização. Para minha decepção, a reunião foi desmobilizada e remarcada para duas semanas depois. O membro do comando disse, em voz baixa e tom grave: “Recebemos, de uma organização aliada, a informação de que uma ação de grande repercussão vai acontecer nos próximos dias, atraindo muita repressão. Precisamos evitar a circulação nas ruas da Guanabara.”

O momento político era inusitado. Poucos dias antes, o marechal Costa e Silva sofrera uma isquemia e havia sido afastado da Presidência da República. O vice-presidente Pedro Aleixo, um jurista da Arena, fora colocado em prisão domiciliar na casa de uma filha, em Copacabana. Às vésperas da Semana da Pátria, em nome da segurança nacional, mais um ato institucional fora editado às pressas, para dar posse a um “comando revolucionário” formado pelos três ministros militares. Nunca, desde o golpe de 1964, a ditadura tornara-se tão escancarada: em vez de um ditador único ungido por um Congresso submisso, uma junta militar autoproclamada.

Menos de 24 horas depois, eu compreendi a recomendação de recolher a militância. Sucediavam-se edições extraordinárias nos noticiários de rádio, TV e jornal: o embaixador dos Estados Unidos havia sido seqüestrado. Até então, as ações armadas das organizações de esquerda limitavam-se a alguns assaltos a bancos e lojas de armas, atentados a instalações militares e o justicamento de um empresário que colaborava com a repressão e a tortura. Nunca houvera no Brasil uma operação de tamanha ousadia, atingindo um representante da diplomacia norte-americana, exigindo dos militares a divulgação de um manifesto revolucionário e a libertação de presos políticos.

Poucas semanas antes, eu havia alugado um pequeno quarto no apartamento de uma senhora, no Catete. Eu era um quadro legal, ainda não procurado pela polícia política, mas acatei a orientação da organização: sair da casa dos meus pais por razões de segurança preventiva e viver em um aparelho. Enquanto aguardava a documentação falsa, com a nova identidade que adotaria ao me empregar como torneiro mecânico para desenvolver um trabalho político em um estaleiro, minha ocupação principal era a leitura e discussão dos documentos preparatórios do congresso que definiria o programa da VAR-Palmares.

As teses que circulavam nas bases versavam sobre questões de estratégia e tática. Os grupos que formaram a VAR tinham afinidades em torno da urgência de desencadear a luta armada contra a ditadura, mas cada qual vinha defendendo uma combinação particular de formas de atuação. Agora, tratava-se de formular um programa unificador. A organização reunia por volta de 350 militantes efetivos e número mais ou menos equivalente em grupos parapartidários e simpatizantes, comprometidos com tarefas de apoio. Nosso objetivo estratégico era a luta guerrilheira no campo, mas nesse setor quase tudo estava por fazer. Era preciso concentrar os esforços, antes que a repressão fechasse o cerco nas cidades.

Desde dezembro de 1968, o regime militar havia reduzido drasticamente o espaço da atividade política na sociedade brasileira. Qualquer ato que pudesse vagamente representar uma contestação à “revolução” de 1964 era duramente reprimido e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Imperavam as cassações de mandatos de parlamentares, a aposentadoria compulsória de professores, a intervenção nos sindicatos, o fechamento de centros acadêmicos e a censura cada vez mais estrita da imprensa.

Esse quadro parecia justificar, para nós, a substituição da ação política coletiva, tornada inviável, pela atuação exemplar das vanguardas armadas. A teoria do foco, derivada de uma generalização do triunfo da Revolução Cubana, ganhava cada vez mais adeptos em toda a América Latina. No Brasil, desde a fragorosa derrota, sem resistência, em abril de 1964, crescia no ambiente da esquerda a contestação ao formato leninista de partido político, bem como ao trabalho lento e gradual de organização dos trabalhadores. As organizações político-militares que surgiam depois do golpe de 1964 tinham como prioridade programática a preparação de focos de guerrilha rural. Acreditávamos que o povo entenderia o exemplo e grada-

tivamente engrossaria as fileiras de combatentes, no assalto aos céus que derrubaria a ditadura e abriria caminho para a construção do socialismo.

Mas “a revolução faltou ao encontro”, como disse um pesquisador do período.* A insatisfação da classe média não era tão grande nem tão disseminada como nos parecia. Nossas ações armadas tinham alguma repercussão, mas não se pode dizer que os trabalhadores se identificassem com o projeto revolucionário dos setores mais radicalizados da esquerda. Não havia um “milagre brasileiro”, como a propaganda oficial procurava fazer crer, mas a crise que marcara o período do golpe de 1964, com alta inflação e baixo índice de crescimento econômico, já estava superada. Os sinais eram visíveis no pregão da bolsa de valores, na expansão do crédito ao consumidor e na redução do desemprego, apesar do persistente arrocho salarial. O crescimento real do Produto Interno Bruto, que havia sido de 2,4% em 1965, 6,7% em 1966 e 4,2% no ano seguinte, manteve uma média de 11,2% entre 1968 e 1973, ano em que chegou a atingir o patamar de 14%.** Ao contrário do que pregávamos em nossos discursos, a ditadura não estava isolada. O projeto militar-tecnocrático vinha se consolidando e ampliando seu apoio, não só entre o empresariado, mas também em alguns setores das camadas médias da sociedade.

O ambiente da Semana da Pátria de 1969 era completamente distinto daquele do ano anterior, quando as ruas das principais cidades brasileiras foram tomadas por manifestações estudantis, algumas regiões industriais voltaram a ser palco de greves por melhores salários, intelectuais e artistas realizaram espetáculos de protesto e atos públicos contra a censura e os festivais de música transmitidos pela televisão reuniram multidões exaltadas. Nos cinco continentes, o ano de 1968 foi exuberante, renovador, marcado pela criatividade e pelo inconformismo.

No Brasil, onde diferentes grupos no interior das Forças Armadas lutavam pela hegemonia do movimento desencadeado em 1964, a onda de protestos precipitou alinhamentos à esquerda e à direita, radicalizando a cena política. Aquele ciclo de manifestações públicas se fechara e a pá de

* AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

** Fonte: Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

cal foi o AI-5, no dia 13 de dezembro. Ao invés de recuar para recompor as forças, em 1969 as organizações político-militares apostaram em uma crise progressiva da ditadura e multiplicaram as ações armadas contra o regime militar. O seqüestro do embaixador Elbrick foi a mais ousada delas.

“Chacrinha continua balançando a pança, e buzinando a moça e comandando a massa, e continua dando as ordens no terreiro...” Meu pequeno quarto não tinha TV, as notícias vinham pelo rádio. Trocando sempre de estação, em busca dos desdobramentos do seqüestro, escutei muitas vezes e facilmente decorei *Aquele abraço*, o primeiro grande sucesso popular de Gilberto Gil. Ele não estava no Brasil para desfrutar. Havia partido para Londres, em companhia de Caetano Veloso. Duas semanas depois da decretação do AI-5, ambos haviam sofrido uma absurda prisão que se prolongou até depois do carnaval de 1969. Não havia uma acusação formal contra eles, mas um ódio difuso dos conservadores pelo que consideravam a ameaça dos tropicalistas aos valores da religião e da família. Gil e Caetano caíram no mesmo arrastão que, pelos mais diversos motivos, vitimou milhares de brasileiros naqueles últimos dias de 1968. Entre eles, Ferreira Gullar, Zuenir Ventura, Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Juscelino Kubitschek e até mesmo um entusiasmado defensor da quartelada de 1964, que passara toda uma década arquitetando um golpe contra a ordem institucional: Carlos Lacerda.

Os jornais do dia 5 de setembro traziam detalhes da captura de Charles Elbrick na rua Marques, no Humaitá, ocorrida na véspera. Seu carro fora abandonado na rua Euclides Figueiredo, encosta do Corcovado, com um manifesto revolucionário no banco traseiro. O texto já havia sido lido em rede de televisão no início da madrugada, sinal de que os militares aceitavam negociar. Publicado na íntegra nos jornais daquela sexta-feira, sua leitura me enchia de entusiasmo. O rapto era apresentado como “mais um ato na guerra revolucionária que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural”.

Dois organizações assumiam a operação: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). À primeira vista, me parecia uma estranha aliança. ALN era a organização liderada por Carlos Marighella, forte em São Paulo mas pouco expressiva no Rio de Janeiro. MR-8 era uma sigla criada pela repressão alguns meses antes para divulgar o aniquilamento da Dissidência Universitária do PCB de Niterói, que editava o jornal-panfleto *8 de Outubro* – referência à data de captura

de Che Guevara nas selvas da Bolívia, em 1967. Demorei algumas horas para entender que a sigla MR-8 estava sendo apropriada por outra organização, a Dissidência da Guanabara, num gesto de contra-informação. Demorei muito mais tempo para descobrir que Marighella só soube do seqüestro pelo noticiário. Ele estava na Guanabara e quase foi preso numa das barreiras policiais que ocuparam ruas e estradas na tentativa de localizar o embaixador.

Após a divulgação do manifesto, os seqüestradores anunciaram os nomes dos 15 presos políticos que deveriam ser libertados. Praticamente todas as tendências da esquerda estavam representadas. A lista era encabeçada por Gregório Bezerra, velho militante do PCB, o mais antigo preso político brasileiro, detido em Recife imediatamente após o golpe. Também seriam soltas as principais lideranças estudantis, capturadas em outubro de 68 quando caiu o Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo: Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos. Figurava ainda José Ibrahim, líder da greve de Osasco, que havia surpreendido os militares por sua organização clandestina a partir de comissões de fábrica. Flávio Tavares e Onofre Pinto eram nomes familiares. Talvez eu já tivesse cruzado com os estudantes Ricardo Vilas e Maria Augusta no campus universitário da Praia Vermelha ou em alguma manifestação estudantil pelas ruas do Centro. Os outros eu só viria a conhecer através das fotografias e resumos biográficos divulgados pela imprensa: João Leonardo da Silva Rocha, Rolando Frati, Ivens Marchetti, Ricardo Zarattini, um tal Chuchu, que no dia seguinte foi identificado como Mario Zanconato, e o nordestino “Argonauta da Silva”, que depois vim a saber chamar-se Agonalto Pacheco.

Trinta e cinco anos depois, quando resolvi realizar um documentário sobre a luta armada contra o regime militar, aqueles 15 facilmente se impuseram como protagonistas. Por que razão escolher arbitrariamente interlocutores para rememorar o período, se havia uma relação de nomes historicamente legitimados pelos autores do seqüestro e que representavam praticamente todo o arco das forças que combatiam a ditadura no final dos anos 60? Haveria evento mais pertinente para colocar em discussão as causas e conseqüências da imersão das esquerdas na luta armada?